

Externato de S. Domingos | CEF

CrITÉrios e Procedimentos de AvaliaÇão



Ano Letivo 2019-2020

Índice

Avaliação no 1.º Ciclo do Ensino Básico	4
I – Enquadramento da avaliação	4
1. Âmbito	4
2. Finalidades	4
3. Objeto	5
4. Princípios Orientadores	6
5. Intervenientes	6
6. Processo Individual do Aluno	7
II - Processo de avaliação	8
1. Critérios de Avaliação	8
2. Informação sobre a aprendizagem	10
3. Dimensões a Avaliar	10
4. Instrumentos de Avaliação	11
III - Especificidades da avaliação	11
2. Avaliação Diagnóstica	11
3. Avaliação Formativa	12
4. Avaliação Sumativa	12
5. Formalização da avaliação sumativa interna	12
6. Critérios específicos de avaliação do 1.º Ciclo/Aprendizagens Essenciais	13
7. Provas de equivalência à frequência	13
8. Expressão da avaliação sumativa	15
9. Provas de avaliação externa	15
10. Transição e Retenção	16
IV – Efeitos da Avaliação	17
1. Efeitos da avaliação formativa	17
2. Efeitos da avaliação sumativa	18
3. Condições de aprovação, transição e progressão	19
4. Revisão dos resultados da avaliação	19
5. Medidas de promoção do sucesso escolar e situações especiais de avaliação	20
6. Alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	20
7. Casos especiais de progressão	21
8. Critérios de retenção	22

Avaliação na Educação Pré-Escolar	24
	24
1. Finalidades	26
2. Princípios	27
3. Intervenientes	28
4. Dimensões a avaliar	29
5. Procedimentos de avaliação	30
6. Momentos da avaliação	31
7. Parâmetros de avaliação	32
8. Competências e níveis de desempenho	33
9. Documentos de referência e consulta	34

“A avaliação em educação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, em cada nível de educação e ensino e implica princípios adequados às suas especificidades”

(Ministério da Educação, 2011)

Avaliação no 1.º Ciclo do Ensino Básico

I – Enquadramento da avaliação

1. Âmbito

Este documento é parte integrante do Regulamento Interno de Funcionamento, do Externato de S. Domingos.

A primeira parte deste documento aplica-se aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Externato de S. Domingos e a segunda parte aplica-se às crianças do Pré-escolar.

O presente documento tem como referência o Perfil do Aluno à saída da escolaridade obrigatória (despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho), os programas das disciplinas e áreas curriculares disciplinares, bem como as metas curriculares a atingir por ano de escolaridade. Estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens e competências, assim como os seus efeitos, de acordo com o Decreto de Lei n.º 17/2016 de 4 de abril. Foi revisto segundo os Decreto-Lei nº54/2018 e Decreto-Lei nº55/2018 e a Portaria nº223-A/2018.

2. Finalidades

2.1. A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

2.2. A avaliação visa:

- a) Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projetos de turma, nomeadamente quanto à seleção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;
- b) Certificar as diversas aprendizagens e competências adquiridas pelo aluno, ao longo do 1.º Ciclo, através da avaliação sumativa interna e externa;

c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento.

3. Objeto

3.1 — A avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as Aprendizagens Essenciais, que constituem orientação curricular base, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

3.2 — A avaliação assume carácter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria.

3.3 — As informações obtidas em resultado da avaliação permitem ainda a revisão do processo de ensino e de aprendizagem.

3.4 — A avaliação certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os saberes adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

3.5 - A Educação para a Cidadania e Desenvolvimento é uma área de natureza transdisciplinar, potenciada pela dimensão globalizante do ensino, a desenvolver transversalmente nas diversas áreas curriculares. A avaliação das aprendizagens em *Cidadania e Desenvolvimento* é *sistemática* e enquadra-se nos normativos legais em vigor. Os critérios de avaliação definidos pelo Conselho de docentes e conselho pedagógico consideram a participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e na comunidade. O processo de ensino, aprendizagem e avaliação na disciplina deve integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas através de evidências com recurso a metodologias e a instrumentos de avaliação diversificados.

4. Princípios Orientadores

4.1. A avaliação das aprendizagens e competências assenta nos seguintes princípios:

- a) Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, de acordo com os contextos em que ocorrem;
- b) Utilização de técnicas e instrumentos de avaliação diversificados;
- c) Primazia da avaliação formativa, com valorização dos processos de autoavaliação regulada e sua articulação com os momentos de avaliação sumativa;
- d) Valorização da evolução do aluno;
- e) Transparência e rigor do processo de avaliação;
- f) Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

5. Intervenientes

5.1. - Intervêm no processo de avaliação:

- a) O professor, a quem compete dirigir o processo de ensino / aprendizagem;
- b) O aluno que ao longo do ano é chamado a fazer a autoavaliação das suas competências e realizações, sendo que os alunos do 3.º e 4.º anos farão a autoavaliação por escrito;
- c) O conselho de docentes do Externato de S. Domingos;
- d) O encarregado de educação que se deve envolver no processo de ensino / aprendizagem, colaborando com a escola, através do Professor Titular de Turma;
- e) O diretor e o conselho pedagógico do Externato de S. Domingos;
- f) Os órgãos de administração e gestão da escola;
- g) Outros profissionais que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno.

5.2. — Aos professores e outros profissionais intervenientes no processo de avaliação compete, designadamente, através da modalidade de avaliação formativa, em harmonia com as orientações definidas pelos órgãos com competências no domínio pedagógico - didático:

- a) Adotar medidas que visam contribuir para as aprendizagens de todos os alunos;
- b) Fornecer informação aos alunos e encarregados de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens;

c) Reajustar, quando necessário, as práticas educativas orientando -as para a promoção do sucesso educativo.

5.3 — Para efeitos de acompanhamento e avaliação das aprendizagens, a responsabilidade, no 1.º ciclo, é do professor titular de turma, em articulação com outros professores da turma, ouvido o conselho de docentes.

5.4 — Compete ao diretor, com base em dados regulares da avaliação das aprendizagens e noutros elementos apresentados pelo professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou pelo diretor de turma, nos restantes ciclos, bem como pela equipa multidisciplinar, prevista no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes, com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.

5.5 — As respostas às necessidades dos alunos, enquanto medidas de promoção do sucesso educativo, devem ser pedagogicamente alinhadas com evidências do desempenho, assumindo, sempre que aplicável, um carácter transitório.

5.6 — O diretor deve ainda garantir o acesso à informação e assegurar as condições de participação dos alunos e dos encarregados de educação, dos professores, e de outros profissionais intervenientes no processo, nos termos definidos no regulamento interno.

5.7 — Aos serviços e organismos do Ministério da Educação, especificamente no âmbito da avaliação externa, compete providenciar atempadamente informação de qualidade decorrente do processo de avaliação, de forma a contribuir para a melhoria das aprendizagens e para a promoção do sucesso educativo.

6. Processo Individual do Aluno

6.1. O percurso escolar do aluno deve ser documentado de forma sistemática no processo individual a que se refere o artigo 11.º da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro – Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

6.2 O processo individual é atualizado ao longo de todo o ensino básico de modo a proporcionar uma visão global do percurso do aluno, facilitando o seu acompanhamento e permitindo uma intervenção adequada.

6.3. A atualização do processo previsto no número anterior é da responsabilidade do professor titular de turma.

6.4. O processo individual do aluno acompanha-o, obrigatoriamente, sempre que este mude de escola.

6.5. Do processo individual do aluno devem constar todos os elementos que assinalem o seu percurso e a sua evolução ao longo deste, designadamente:

- a) Fichas de registo de avaliação, resultantes da avaliação interna e externa, nomeadamente os relatórios individuais do aluno das provas de aferição (RIPA);
- b) Relatórios médicos e ou de avaliação psicológica, quando existam;
- c) Relatório técnico -pedagógico, programa educativo individual e identificação das áreas curriculares específicas, quando aplicável;
- d) Registo de desempenhos de mérito alcançados em representação dos pares em órgãos da escola ou outras instituições, em atividades ou projetos, designadamente, culturais, artísticos, desportivos, científicos, entre outros de relevante interesse social desenvolvidos no âmbito da escola;
- e) Outros que a escola considere adequados.
- f) Uma auto-avaliação escrita, no final do 3.º e 4.º anos de escolaridade.

O disposto nos números anteriores está sujeito aos limites constitucionais e legais, designadamente ao previsto na legislação sobre proteção de dados pessoais, no que diz respeito ao acesso e tratamento desses dados e ao sigilo profissional.

II - Processo de avaliação

1. Critérios de Avaliação

1.1 — Até ao início do ano letivo, o conselho pedagógico da escola, enquanto órgão regulador do processo de avaliação das aprendizagens, define, de acordo com as prioridades e opções curriculares, e sob proposta dos departamentos curriculares, os critérios de avaliação, tendo em conta, designadamente:

- a) O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- b) As Aprendizagens Essenciais;
- c) Os demais documentos curriculares, de acordo com as opções tomadas ao nível da consolidação, aprofundamento e enriquecimento das Aprendizagens Essenciais.

1.2 — Nos critérios de avaliação deve ser enunciado um perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

1.3 — Os critérios de avaliação devem traduzir a importância relativa que cada um dos domínios e temas assume nas Aprendizagens Essenciais, designadamente no que respeita à valorização da competência da oralidade e à dimensão prática e ou experimental das aprendizagens a desenvolver.

1.4 — Os critérios de avaliação constituem referenciais comuns na escola.

1.5 — O diretor deve garantir a divulgação dos critérios de avaliação junto dos diversos intervenientes.

1.6. - A avaliação das aprendizagens constitui um feedback e um regulador da prática de ensino aprendizagem. A diversidade dos mecanismos de avaliação permite ter uma ampla visão e noção da qualidade e quantidade das aquisições. Os mecanismos de avaliação aplicados são os seguintes:

- a) Avaliação diagnóstica (compreende provas aferição 2.º ano);
- b) Avaliação formativa;
- c) Avaliação sumativa;
- d) Portefólios;
- e) Participação na aula (oralidade);
- f) Participação nos trabalhos / atividades da aula (responsabilidade, empenho, autonomia e espírito crítico);
- g) Trabalho de projeto.

Avaliação qualitativa	Intervalo percentual
Fraco	0% - 19%
Não satisfaz	20% - 49%
Satisfaz	50% - 69%
Bom	70% - 89%
Muito Bom	90% - 100%

1.7. - As provas de avaliação escrita incidirão sobre a aquisição e aplicação de conhecimentos e competências e terão uma avaliação quantitativa que será expressa segundo a seguinte nomenclatura:

1.8. - Na avaliação dos trabalhos de grupo e/ou individuais será tido em conta:

- A organização
- A participação
- O empenho
- A tolerância e o respeito
- A apresentação e debate
- O conteúdo.

2. Informação sobre a aprendizagem

2.1. A avaliação dos alunos incide sobre os conteúdos definidos nos programas e tem como referência as metas curriculares em vigor para as diversas disciplinas.

2.2. A aprendizagem relacionada com as componentes do currículo de carácter transversal, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias da informação e comunicação, constitui objeto de avaliação nas diversas disciplinas, de acordo com os critérios definidos pelo conselho pedagógico.

3. Dimensões a Avaliar

A avaliação deve atender ao domínio de conhecimentos, das atitudes e dos valores.

5.1. Conhecimento

5.1.1. Compreensão, interpretação e aquisição de conhecimentos de acordo com os respetivos quadros de referências.

5.1.2. Aplicação dos conhecimentos nas diferentes áreas (utilizar os saberes científicos e tecnológicos, para compreender a realidade natural, sociocultural e abordar situações do quotidiano).

5.2. Atitudes e Valores

5.2.1. Adequação do comportamento aos diferentes contextos e interlocutores;

5.2.2. Assiduidade e pontualidade;

5.2.3. Participação e interesse;

5.2.4. Autonomia e organização do trabalho;

5.2.5. Realização das tarefas propostas;

5.2.6. Interesse e empenho pelas atividades curriculares.

4. Instrumentos de Avaliação

4.1. O professor poderá utilizar diferentes instrumentos de avaliação, atendendo à sua atuação e à natureza das aprendizagens, devendo fazer o respetivo registo escrito, sempre que possível. Assim, destacam-se os seguintes:

a) Fichas de avaliação diagnóstica, formativa e sumativa

b) Grelhas de autoavaliação

c) Grelhas de heteroavaliação

d) Grelhas de registo, diversificadas e adequadas aos anos de escolaridade, de acordo com os elementos considerados para a avaliação.

III - Especificidades da avaliação

1. Avaliação Interna

A avaliação interna das aprendizagens compreende, de acordo com a finalidade que preside à recolha de informação, as modalidades formativa e sumativa. A avaliação interna das aprendizagens é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de administração e gestão e de coordenação e supervisão pedagógica da escola. Na avaliação interna são envolvidos os alunos, privilegiando -se um processo de autorregulação das suas aprendizagens.

2. Avaliação Diagnóstica

2.1. A avaliação diagnóstica conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular procedimentos da prática pedagógica, facilitando a integração escolar do aluno. Pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulada com a avaliação formativa. Esta compreende também as provas de aferição do 2.º ano.

3. Avaliação Formativa

3.1. A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

3.2. A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes, informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

3.3. Compete à Direção, sob proposta do professor titular, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes na escola com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.

3.4. Compete ao Conselho Pedagógico apoiar e acompanhar o processo definido no número anterior.

4. Avaliação Sumativa

A avaliação sumativa consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada área curricular.

4.1. A avaliação sumativa interna destina-se a:

- a) Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento da aprendizagem definida para cada disciplina;
- b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.

4.2. A avaliação sumativa interna é realizada através de um dos seguintes processos:

- a) Avaliação pelos professores, no final de cada período letivo;
- b) Provas de equivalência à frequência.

5. Formalização da avaliação sumativa interna

5.1. A avaliação sumativa interna é da responsabilidade do ou dos professores da turma, ouvido o conselho de docentes, dos órgãos de administração e gestão, de coordenação e supervisão pedagógicas da escola.

5.2. Compete ao professor titular de turma, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação definidos.

- 5.3. A decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência do professor titular;
- 5.4. No 1º ciclo a informação resultante da avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se de forma descritiva em todas as áreas disciplinares, com a menção de Insuficiente, Não Satisfaz, Satisfaz, Bom e Muito Bom, e nas áreas não disciplinares Não Satisfaz, Satisfaz e Satisfaz Bem.
- 5.5. A classificação interna final anual de cada disciplina é atribuída no final do 3.º período pelo professor titular em articulação com os restantes professores da turma.
- 5.6. A avaliação sumativa interna do final do 3.º período tem as seguintes finalidades:
- a) Formalização da classificação correspondente à aprendizagem realizada pelo aluno ao longo do ano letivo;
 - b) Decisão sobre a transição de ano;

6. Critérios específicos de avaliação do 1.º Ciclo/Aprendizagens Essenciais

Os modos e instrumentos de avaliação, em cada ano de escolaridade deverão ser adequados à diversidade das aprendizagens que se pretendem promover e à natureza de cada uma delas, em consonância com o [*“Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória”*](#). Neste contexto serão avaliadas as competências transversais, a par com as aprendizagens curriculares, promovendo-se desta forma uma avaliação essencialmente formativa que tenha sobretudo em conta o desenvolvimento global dos alunos e as suas especificidades.

Saber Ser /Sabe Estar			
Atitudes E comportamento	Assiduidade/Pontualidade;	5%	25%
	Interesse e Empenho;	5%	
	Respeito pelo outro;	5%	
	Autonomia e organização do trabalho;	5%	
	Comportamento/Atenção	5%	

7. Provas de equivalência à frequência

7.1 — As provas de equivalência à frequência realizam-se a nível de escola nos anos terminais de cada ciclo do ensino básico, em duas fases, com vista a uma certificação de conclusão de ciclo para os candidatos autopropostos, nos termos previstos no número seguinte.

7.2 — Consideram-se autopropostos os candidatos que se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Estejam fora da escolaridade obrigatória e não se encontrem a frequentar qualquer escola;
- b) Frequentem o 4.º ano de escolaridade, completem 14 anos até ao final do ano escolar e não tenham obtido aprovação na avaliação sumativa final;

7.3 — São ainda candidatos autopropostos os alunos matriculados no ensino individual e no ensino doméstico.

7.4 — As provas de equivalência à frequência têm como referencial base as Aprendizagens Essenciais relativas aos ciclos em que se inscrevem, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

7.5 — Considerada a natureza das aprendizagens objeto de avaliação e em função de parâmetros previamente definidos pelo conselho pedagógico, as provas podem ser constituídas pelas seguintes componentes:

- a) Escrita (E), que implica um registo escrito ou um registo bidimensional ou tridimensional e a possível utilização de diferentes materiais;
- b) Oral (O), que implica, com eventual recurso a um guião, a produção e interação oral na presença de um júri e a utilização, por este, de um registo de observação do desempenho do aluno;
- c) Prática (P), que implica a realização de tarefas objeto de avaliação performativa, em situações de organização individual ou em grupo, a manipulação de materiais, instrumentos e equipamentos, com eventual produção escrita, que incide sobre o trabalho prático e ou experimental produzido, implicando a presença de um júri e a utilização, por este, de um registo de observação do desempenho do aluno.

7.6 — As disciplinas de Português ou PLN e de línguas estrangeiras integram uma componente oral.

7.7 — Nas provas de equivalência à frequência constituídas por mais do que uma componente a classificação da disciplina corresponde à média ponderada das classificações das componentes, expressas na escala de 0 a 100.

7.8 — A classificação da prova de equivalência à frequência corresponde à classificação final de disciplina.

7.9 — As normas e os procedimentos relativos à realização das provas de equivalência à frequência são objeto de despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

7.10 — As provas de equivalência à frequência realizam-se no período de tempo fixado no calendário de provas e exames.

8. Expressão da avaliação sumativa

8.1 — No 1.º ciclo do ensino básico, a informação resultante da avaliação sumativa materializa-se na atribuição de uma menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente, em cada disciplina, sendo acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno com inclusão de áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação.

8.2 — Considerando a sua natureza instrumental, exceciona-se do disposto no número anterior Tecnologias da Informação e Comunicação.

8.3 — No caso do 1.º ano de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa no primeiro e segundo períodos pode expressar-se apenas de forma descritiva.

8.4 — As aprendizagens desenvolvidas pelos alunos no quadro das opções curriculares, nomeadamente dos DAC, são consideradas na avaliação das respetivas disciplinas.

8.5 — A ficha de registo de avaliação, que reúne as informações sobre as aprendizagens no final de cada período letivo, deve ser apresentada aos encarregados de educação, sempre que possível em reunião presencial, por forma a garantir a partilha de informação e o acompanhamento do aluno.

9. Provas de avaliação externa

9.1 — A avaliação externa das aprendizagens no 1.º Ciclo do ensino básico é da responsabilidade dos serviços ou organismos do Ministério da Educação e compreende as Provas de aferição.

9.2 — As provas de aferição não integram a avaliação interna, pelo que os seus resultados não são considerados na classificação final da disciplina.

9.3 — As provas de avaliação externa realizam-se nas datas previstas no despacho que determina o calendário de provas e exames.

9.4 — As provas de aferição visam aferir o desenvolvimento do currículo no ensino básico e providenciar informação regular ao sistema educativo, às escolas, aos alunos e encarregados de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens.

9.5 — As provas de aferição realizam -se nos 2.ºano de escolaridade e são de aplicação universal, para todos os alunos do ensino básico, numa única fase, aplicando -se também aos alunos que frequentam o ensino individual e o ensino doméstico, nos termos da regulamentação própria.

9.6 — As provas de aferição abrangem no 2.º ano de escolaridade, Português, Matemática, Estudo do Meio, Educação Artística e Educação Física.

9.7 — Os resultados e desempenhos dos alunos e das escolas nas provas de aferição são inscritos no RIPA e no REPA.

9.8 — O RIPA contém a caracterização do desempenho do aluno, considerando os parâmetros relevantes de cada uma das áreas disciplinares, disciplinas e domínios avaliados.

9.9 — O RIPA deve ser objeto de análise, em complemento da informação decorrente da avaliação interna, pelo professor titular de turma no 1.º ciclo, servindo de base à reformulação das metodologias e estratégias com vista ao desenvolvimento do potencial de aprendizagem do aluno.

9.10 — O RIPA é apresentado ao encarregado de educação, preferencialmente em reunião presencial, de forma a assegurar que, da sua leitura, enquadrada pela informação decorrente da avaliação interna, seja possível promover a regulação das aprendizagens, a partir da concertação de estratégias específicas.

9.11. Cabe ao diretor definir, no contexto específico da sua comunidade escolar, os procedimentos adequados para assegurar que a análise e circulação da informação constante do RIPA e do REPA se efetive em tempo útil.

10. Transição e Retenção

10.1. Em situações em que o aluno não desenvolva as aprendizagens definidas para o ano de escolaridade que frequenta, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvido o conselho de docentes, deve propor as medidas necessárias para superar as dificuldades detetadas no percurso escolar do aluno.

10.2. Caso o aluno não desenvolva as aprendizagens definidas para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das aprendizagens

definidas para o ano de escolaridade subsequente, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvido o conselho de docentes, pode a título excecional, determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade.

10.3. O previsto no número anterior não se aplica ao 1.º ano de escolaridade.

10.4. Verificando -se a retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, identificar as aprendizagens não desenvolvidas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração de um plano individual ou do plano da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente;

10.5. A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos.

IV – Efeitos da Avaliação

1. Efeitos da avaliação formativa

1.1. A avaliação assume-se como um processo que serve para aprender e para ensinar melhor. A avaliação formativa gera medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver sendo um elemento-chave no desenvolvimento do sucesso educativo. Neste sentido, ela fará parte integrante do ensino e da aprendizagem, contribuindo para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que privilegia:

- a autoavaliação e autorregulação das aprendizagens por parte dos alunos;
- a utilização de uma diversidade de estratégias e instrumentos de avaliação;
- a participação dos alunos e de diversos intervenientes no processo de avaliação;
- a transparência de procedimentos;
- a definição de critérios relativos às competências a desenvolver;
- o feedback que os professores devem proporcionar aos alunos de forma sistemática.

1.2. A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem.

1.3. A informação recolhida com finalidade formativa fundamenta a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas um ajustamento de processos e estratégias.

2. Efeitos da avaliação sumativa

2.1. A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.

2.2. O juízo global conducente à classificação não prejudica o necessário reporte, assente em pontos de situação ou sínteses, sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, a qualidade das mesmas e os percursos para a sua melhoria.

2.3. A avaliação sumativa auxilia na tomada de decisões relativamente à:

- a) Classificação em cada uma das áreas disciplinares;
- b) Transição no final de cada ano, sem prejuízo do disposto no ponto 2.2;
- c) Aprovação no final de Ciclo;
- d) Renovação de matrícula.

2.4. A decisão de transição e progressão do aluno, para o ano de escolaridade seguinte, é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o professor titular de turma, considere:

- a) No final do 1.º Ciclo, que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo subsequente;
- b) Nos anos não terminais de ciclo, que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais para transitar para o ano de escolaridade seguinte.

2.5. No 1.º ano de escolaridade não há lugar a retenção, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas e, após cumpridos os procedimentos previsto pelo Estatuto do aluno e Ética Escolar, o professor titular em articulação com o conselho de docentes decida pela retenção do aluno.

2.6. Um aluno retido no 1.º, 2.º ou 3.º ano de escolaridade pode integrar a turma a que já pertencia, por decisão do diretor, sob proposta fundamentada do professor titular de turma e ouvido, sempre que possível, o professor da eventual nova turma.

3. Condições de aprovação, transição e progressão

3.1. A avaliação sumativa contribui amplamente para uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, se transitou ou se Não Transitou, no final de cada ano, e de Aprovado ou de Não Aprovado, no final de cada ciclo.

3.2. No final do 1º ciclo do ensino básico, o aluno não progride e obtém a menção de Não Aprovado, se estiver numa das seguintes condições:

- a) Tiver obtido menção Insuficiente nas disciplinas de Português ou PLN/M ou PL2 e de Matemática;
- b) Tiver obtido menção Insuficiente nas disciplinas de Português ou Matemática e, cumulativamente, menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas.

3.3. Os alunos autopropostos do ensino básico não progridem e obtêm a menção de Não Aprovado se estiverem nas condições referidas no número anterior.

3.4. A disciplina de Educação Moral e Religiosa e Católica e as áreas não disciplinares não são consideradas para efeitos de progressão de ano e conclusão de ciclo.

4. Revisão dos resultados da avaliação

4.1. As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelo respetivo encarregado de educação ao órgão da Direção, no prazo de três dias úteis a contar da data de entrega das fichas de registo de avaliação.

4.2. O professor titular, em articulação com a direção da escola procede, no prazo de cinco dias úteis após a receção do pedido de revisão, à análise do mesmo, com base em todos os documentos relevantes para o efeito, e toma uma decisão que pode confirmar ou modificar a avaliação inicial, elaborando um relatório pormenorizado.

4.3. Da decisão tomada nos termos dos números anteriores, que se constitui como definitiva, a Direção notifica, com a respetiva fundamentação, o encarregado de educação através de carta registada com aviso de receção, no prazo de 20 dias úteis.

5. Medidas de promoção do sucesso escolar e situações especiais de avaliação

5.1. Serão tomadas medidas de promoção do sucesso escolar, sempre que necessário, planos de atividades de acompanhamento pedagógico orientados para a turma ou individualizados, com medidas adequadas à resolução das dificuldades dos alunos, que se podem concretizar designadamente através de:

- a) Medidas de apoio ao estudo, que garantam um acompanhamento mais eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e orientadas para a satisfação de necessidades específicas;
- b) Apoio ao Estudo, tendo por objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho e visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática, nomeadamente a resolução dos trabalhos de casa;
- c) Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar, em disciplinas estruturantes, tendo em atenção os recursos da escola e a pertinência das situações. Nestes casos, compete ao professor titular de turma do 1.º ciclo identificar alunos que revelem elevada capacidade de aprendizagem e definir as atividades e as estratégias para otimizar o desempenho destes alunos.
- d) Coadjuvação em sala de aula, valorizando-se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino.

5.2 Relativamente aos alunos PLNM a avaliação é realizada de acordo com os descritores do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e com base em modelo de teste disponibilizado pela Direção -Geral da Educação. .

6. Alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

6.1. De forma a assegurar a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação previsto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, a escola deve, de acordo com as necessidades de cada aluno, proceder às adaptações ao processo de avaliação constantes no n.º 2 do artigo 28.º do referido Decreto-Lei.

6.2. As adaptações ao processo de avaliação são definidas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio Educativo (EMAE), nos termos definidos no Relatório Técnico-Pedagógico e no Programa Educativo Individual.

6.3. Os alunos que beneficiem de adaptações ao processo de avaliação serão avaliados nos momentos definidos pela escola para todos os alunos, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

6.4. A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos com necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/ 2018, de 6 de julho, materializa-se de acordo com o nível de ensino em que se encontram, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 55/ 2018, de 6 de julho, e no artigo 23.º da Portaria n.º 223-A/ 2018, de 3 de agosto.

6.5. Aos alunos abrangidos por medidas universais, seletivas ou adicionais, aplicadas no âmbito do Decreto-Lei n.º 54/ 2018, de 6 de julho, que realizem provas de aferição e provas de equivalência à frequência, são garantidas, se necessário, adaptações no processo de realização das mesmas, de acordo com o previsto no artigo 29.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto.

6.6. As adaptações ao processo de avaliação externa devem constar do processo do aluno.

6.7. Cabe ao diretor, mediante parecer do conselho pedagógico e ouvidos os encarregados de educação, decidir sobre a realização das provas de aferição pelos alunos abrangidos por medidas adicionais, com adaptações curriculares significativas, aplicadas no âmbito do Decreto -Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (n.º10 do artigo 26.º da portaria n.º223-A/2018, de 3 de agosto).

6.8. A progressão dos alunos abrangidos por medidas universais e seletivas de suporte à aprendizagem e à inclusão realiza-se nos termos definidos na lei.

6.9. A progressão dos alunos abrangidos por medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão realiza-se nos termos definidos no Relatório Técnico-Pedagógico e no Programa Educativo Individual.

7. Casos especiais de progressão

7.1. Um aluno que revele capacidade de aprendizagem excecional e um adequado grau de maturidade, a par do desenvolvimento das capacidades previstas, poderá progredir mais rapidamente no ensino básico, concluindo o 1.º Ciclo com 9 anos de idade, completados até 31 de dezembro do ano respetivo, podendo completar o 1.º ciclo em três anos. Esta progressão depende de deliberação do conselho pedagógico, sob proposta do professor

titular de turma, depois de obtidos a concordância do encarregado de educação do aluno e os pareceres de um docente de educação especial ou do psicólogo.

8. Critérios de retenção

Devem observar-se as condições de transição e de aprovação previstos no art.º 30 da Portaria 223-A/2018 de 3 de agosto. No final do ano/ciclo, para os alunos que estejam em risco de retenção, o professor deve ter em conta os seguintes parâmetros/critérios de decisão.

Ano	Parâmetros	Critérios de Decisão
2ºano	1. Muitas dificuldades no domínio da leitura e da escrita: <ul style="list-style-type: none"> . Não lê nem escreve a maioria das palavras; . Não lê nem escreve frases; . Não compreende enunciados. 2. Muitas dificuldades no domínio da numeração: <ul style="list-style-type: none"> . Não lê nem escreve os números até 100; . Não faz cálculos; . Não compreende nem resolve situações problemáticas simples. 	Progressão: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Se as dificuldades forem pontuais; ✓ Se, se prevê alguma recuperação; ✓ Se, se considerar conveniente uma retenção apenas no 3ºano.
		Retenção: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Se as dificuldades forem gerais e se, se prevê que a recuperação não é possível.
3ºano	3. Grandes dificuldades no domínio da Língua Portuguesa: <ul style="list-style-type: none"> . Leitura pouco clara; . Produção escrita irregular; . Interpretação de textos não conseguida. 4. Grandes dificuldades no domínio da Matemática <ul style="list-style-type: none"> . Não lê, não escreve, não decompõe números inteiros; . Não efectua cálculos elementares; . Insuficiente capacidade de raciocínio. 	Progressão: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Se as dificuldades forem apenas em algumas áreas; ✓ Se já foi retido no 2º ano e as dificuldades não forem graves.
		Retenção: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Se as dificuldades forem gerais e não tiver havido retenção no 2ºano; ✓ Se já foi retido no 2º ano, só se o Conselho de Docentes, através da análise do processo do aluno,

	<p>5. Competências transversais não conseguidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Comunicação oral; . Realização de trabalhos; Autonomia. 	considerar o atraso claramente comprometedor.
4ºano	<p>1. Dificuldades específicas ao nível da leitura e da escrita:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Leitura pouco clara; . Produção escrita irregular; . Interpretação de textos não conseguida <p>2. Dificuldades significativas na área curricular de Matemática:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Maioria dos parâmetros insuficiente. <p>3. Dificuldades significativas na área curricular de Estudo do Meio:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Maioria dos parâmetros insuficiente. <p>4. Dificuldades em métodos de estudo e de organização de trabalho com autonomia.</p> <p>5. Falta de maturidade, revelada em comportamento de:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Insegurança sócio-afectiva; . Não cumprimento de tarefas e de responsabilidades; . Falta de autonomia persistente. 	<p>Progressão:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Se já tiver sido retido anteriormente e se tiver revelado progressos a Língua Portuguesa e a Matemática; ✓ Se já tiver sido retido anteriormente e se possuir 12 ou mais anos de idade, mesmo que persistam dificuldades gerais. <p>Retenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Se as dificuldades forem gerais e não tiver havido retenção no 2º ou 3ºanos; ✓ Se o aluno já tiver sido retido uma vez, só se o Conselho de Ano, através da análise do processo do aluno, verificar que as suas competências essenciais de final de ciclo não lhe permitem prosseguir com sucesso.

Avaliação na Educação Pré-Escolar

Em educação de infância, o currículo é concebido e desenvolvido pelo educador de infância, através de momentos de planificação, organização e avaliação do ambiente educativo, assim como das *“atividades e projetos curriculares, com vista à construção de aprendizagens integradas”* (ME, 2011). O ambiente educativo está organizado de modo a servir como suporte ao trabalho curricular e a intencionalidade que o pressupõe, compreendendo a organização do grupo, do espaço e do tempo, tal como a relação com os pais e outros parceiros educativos.

Na Educação Infantil, a avaliação é feita através de um processo contínuo de registo dos progressos realizados pelas crianças, ao longo do ano letivo, onde são utilizados procedimentos de natureza descritiva e narrativa. Esta avaliação centra-se no modo como a criança aprende, como constrói o conhecimento ou resolve problemas e como processa a informação. A avaliação realiza-se em articulação com as áreas de conteúdo das Orientações Curriculares. A avaliação na educação pré-escolar assume uma dimensão formativa que se desenvolve num processo contínuo e interpretativo, onde a criança é a protagonista da sua aprendizagem, para que consiga ter noção daquilo que já conseguiu alcançar, quais as suas dificuldades e como as consegue ultrapassar (Ministério da Educação, 2016).

A avaliação formativa é um processo que implica o desenvolvimento de estratégias e intervenções adaptadas às características do grupo de crianças, e de cada criança na sua individualidade. Avaliar pressupõe uma observação contínua dos progressos das crianças. Esta observação torna-se indispensável para a recolha de informação como forma de sustentar a planificação e ajuste da ação educativa com o objetivo: a construção das novas aprendizagens por parte das crianças. Assim sendo, a avaliação formativa é dada como um instrumento de apoio e suporte à intervenção educativa, quer ao nível do planeamento quer ao nível da tomada de decisões por parte do educador.

Assim, nesta perspetiva, não tem sentido situar o nível de desenvolvimento da criança ou em que medida foram atingidos objetivos ou metas de aprendizagem previamente definidos. A

definição de objetivos desejáveis ou esperáveis será, eventualmente, utilizada como uma referência para situar e descrever os progressos da aprendizagem de cada criança, ou, ainda, para alertar o/a educador/a da necessidade de reformular a sua intervenção, de modo a incentivar os progressos de todas e cada uma das crianças. Uma avaliação sumativa que quantifica ou estabelece níveis de aprendizagem não se enquadra numa abordagem formativa, uma vez que esta é centrada na avaliação do processo e dos progressos da aprendizagem (Ministério da Educação, 2016, p.15).

Neste caso, avaliação utiliza abordagens descritivas ou narrativas, que documentam a evolução desse progresso e constituem o meio fundamental da avaliação designada como “alternativa”. São exemplos deste tipo de avaliação a construção de portefólios ou histórias de aprendizagem, em que a criança é envolvida na seleção de trabalhos, imagens e fotografias que fazem parte desse registo (*ibidem*, 2016).

Na Educação Pré-Escolar as principais orientações normativas estão presentes no Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho (Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar) e no Ofício Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007, de 17 de Outubro da DGIDC (Gestão do Currículo na Educação Pré-escolar). O documento “Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar - Contributos para a sua Operacionalização” integra princípios sobre a organização curricular, procedimentos a ter em conta na avaliação na Educação Pré-Escolar, bem como questões relacionadas com a organização e gestão da componente de apoio à família e a articulação entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico. As orientações neles contidas articulam-se com o Decreto-Lei nº 241/2001 de 30 de agosto (Perfil Específico de Desempenho Profissional do Educador de Infância).

Assim, de acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, “considera-se que a educação pré-escolar não envolve nem a classificação da aprendizagem da criança, nem o juízo de valor sobre a sua maneira de ser, centrando-se na documentação do processo e na descrição da sua aprendizagem, de modo a valorizar as suas formas de aprender e os seus progressos.” (Ministério da Educação, 2016, p. 15).

A avaliação na educação pré-escolar é reinvestida na ação educativa, sendo uma avaliação para a aprendizagem e não da aprendizagem. É, assim, uma avaliação

formativa por vezes, também designada como “formadora”, pois refere-se a uma construção participada de sentido, que é, simultaneamente, uma estratégia de formação das crianças, do/a educador/a e, ainda, de outros intervenientes no processo educativo (ibidem, 2016, p.16).

No Perfil Específico de Desempenho do Educador de Infância, refere-se que o educador *“avalia, numa perspetiva formativa, a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos adotados, bem como o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo” (anexo n.º 1, alínea e), ponto 3, Capítulo II)”* (Ministério da Educação, 2011).

1. Finalidades

A avaliação é um elemento complementar e regulador da prática educativa, que pressupõe procedimentos adequados à especificidade da atividade educativa no jardim de infância, tendo em conta a eficácia das respostas educativas. Esta avaliação permite uma recolha sistemática de informação que, quando analisada e interpretada, suporta a tomada de decisões adequada promovendo a qualidade das aprendizagens. A partir dos efeitos que se vão observando, a reflexão possibilita estabelecer a progressão das aprendizagens a desenvolver com cada criança na sua individualidade, ou em grupo, tendo em conta a sua evolução (Normas e Procedimentos de avaliação na Educação pré-escolar – Circular n.4 DGIDC/DSDC/2011).

Assim, a avaliação na Educação Pré-Escolar assenta nos seguintes princípios:

- Contribuir para a adequação das práticas, tendo por base uma recolha sistemática de informação que permita às educadoras regularem a atividade educativa, tomar decisões, planear a ação;
- Refletir sobre os efeitos da ação educativa, a partir da observação de cada criança e do grupo de modo a estabelecer a progressão das aprendizagens;
- Recolher dados para monitorizar a eficácia das medidas educativas definidas no Programa Educativo Individual (PEI);
- Promover e acompanhar processos de aprendizagem, tendo em conta a realidade do grupo e de cada criança, favorecendo o desenvolvimento das suas competências e desempenhos, de modo a contribuir para o desenvolvimento de todas e de cada uma;

- Envolver a criança num processo de análise e de construção conjunta, que lhe permita, enquanto protagonista da sua aprendizagem, tomar consciência dos progressos e das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando;
- Conhecer a criança e o seu contexto, numa perspetiva holística, o que implica desenvolver processos de reflexão, partilha de informação e aferição entre os vários intervenientes – pais, equipa e outros profissionais – tendo em vista a adequação do processo educativo;

O espaço educativo constitui um fator essencial no processo de avaliação. A sua organização, traduzida em contextos de aprendizagem, e a intencionalidade pedagógica que se reflete nas situações e oportunidades proporcionadas às crianças, bem como as características do seu ambiente familiar e meio envolvente são elementos fundamentais no processo avaliativo.

2. Princípios

A avaliação na Educação Pré-Escolar assenta nos seguintes princípios:

- Caráter holístico e contextualizado do processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança;
- Coerência entre os processos de avaliação e os princípios subjacentes à organização e gestão do currículo definidos nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar;
- Utilização de técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados;
- Caráter marcadamente formativo da avaliação;
- Valorização dos progressos da criança;
- Promoção da igualdade de oportunidades e equidade.

Desta forma, tendo em conta as orientações normativas, preveem-se os seguintes procedimentos para a avaliação:

- A **avaliação diagnóstica** que se realiza no início do ano letivo, com o objetivo de caracterizar o grupo de crianças e, cada criança na sua individualidade. Pretende-se saber o que cada criança e o grupo já sabem e o que são capazes de fazer, quais as suas necessidades e interesses, e ainda os seus contextos familiares. Estes dados servirão de base para a

tomada de decisões do educador na sua ação educativa, no âmbito do projeto curricular de grupo.

- A **avaliação formativa** - com a intenção de encontrar estratégias de diferenciação pedagógica, que contribuam para a elaboração, adequação e reformulação do projeto curricular de grupo e ainda, de modo a facilitar a integração da criança no grupo e contexto educativo.

- A elaboração de **relatório de avaliação individual** tendo em conta as diferentes áreas no fim de cada período, tendo por base a análise dos dados das observações feitas, e também através das evidências recolhidas.

- Construção de um **portefólio individual** com recurso a evidências visuais e opiniões das crianças sobre/durante as atividades desenvolvidas ao longo do ano.

- A **avaliação realizada com as crianças** promove o seu envolvimento na construção do processo educativo, constituindo, também uma base da avaliação para o educador.

3. Intervenientes

Cabe ao educador titular do grupo realizar a avaliação deste, no *“quadro de autonomia e gestão das escolas preconizada pelo Decreto - Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (no caso da rede pública)” (ibidem, 2011)*. Compete ao educador, como gestor curricular, definir a metodologia de avaliação tendo em conta as suas conceções e opções metodológicas/pedagógicas, onde consiga integrar de forma articulada os conteúdos do currículo e os procedimentos e estratégias de avaliação a adotar.

Para este processo de avaliação, além do educador, podem intervir:

- A(s) criança(s) – a avaliação com as crianças é vista como uma atividade educativa, dado que as envolve na sua própria aprendizagem, fazendo com que elas tenham de refletir sobre as suas dificuldades e como as poderá superar;
- A equipa – a partilha de informações com toda a equipa (docentes, auxiliares de ação educativa ou outros agentes/técnicos educativos) com responsabilidade na educação da criança, permite ao educador um maior e melhor conhecimento sobre a criança;

- O encarregado de educação – a partilha de opiniões e informações com a família permite um melhor contacto entre escola-família e também um conhecimento mais pormenorizado da criança e do contexto que a envolve e que influenciam a sua educação.
- O Departamento Curricular da Educação Pré-Escolar (EPE) – onde a partilha de informação entre os educadores do estabelecimento de ensino é impulsionador da qualidade da resposta educativa;
- Docentes de educação especial – profissionais que participam na elaboração e implementação do PEI do aluno;
- Os Órgãos de Gestão – *“os dados da avaliação realizados pelo Departamento Curricular da EPE, deverão estar na base das orientações e decisões, bem como, na mobilização e coordenação dos recursos educativos existentes” (ibidem, 2011).*

4. Dimensões a avaliar

A avaliação pressupõe ser um processo contínuo de registo das evoluções e melhoramentos realizados pela criança, e, ao longo do tempo, utiliza procedimentos de natureza descritiva e narrativa, concentrados no modo como a criança aprende, processa a informação, constrói o seu conhecimento ou resolve problemas. Dado a diversidade de idades que uma sala de jardim de infância pode abranger (dos 3 aos 5 anos), os procedimentos de avaliação devem ter em consideração a idade da criança a avaliar e as suas características de desenvolvimento, e também a articulação entre as diferentes áreas de conteúdo, dado que a criança é o sujeito ativo da sua própria aprendizagem.

Desta forma, deve-se ter em consideração como dimensões fundamentais para avaliar o progresso de aprendizagem das crianças, os seguintes pontos:

- as áreas de conteúdo (OCEPE);
- os domínios previstos nas Metas de Aprendizagem;
- outras específicas estabelecidas no projeto educativo e/ou projeto curricular de grupo e no PEI.

Sendo, na Educação Pré-Escolar, o **ambiente educativo** um promotor de aprendizagens da criança, o educador deve avaliar também:

- a organização do espaço, dos materiais e dos recursos educativos;
- a diversidade e qualidade dos materiais e recursos educativos;
- a organização do tempo;
- as interações do adulto com a criança e entre crianças;
- o envolvimento parental;
- as condições de segurança, de acompanhamento e bem-estar das crianças.

5. Procedimentos de avaliação

Dependendo do educador, de acordo com as suas conceções e metodologias adotadas, cada um utiliza técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados, tais como:

- Observação;
- Entrevistas;
- Abordagens narrativas;
- Fotografias;
- Gravações áudio e vídeo;
- Registos de auto avaliação;
- Portefólios construídos com as crianças;
- Questionários a crianças, pais ou outros parceiros educativos;
- Outros.

Todos os instrumentos e técnicas de observação e registo utilizados pelo educador, permitem que este consiga “ver” e analisar a criança através de vários ângulos com o intuito de a acompanhar a sua evolução, quer ao nível das suas aprendizagens e também, servirão para recolher elementos concretos para a sua própria reflexão e adequação na intervenção educativa. Todos estes instrumentos e técnicas de observação e registo, são adaptados ao grupo de crianças com que se está a trabalhar, de modo a responder às necessidades individuais de cada criança.

Dado que a avaliação da criança é feita em contexto, qualquer momento de interação, qualquer tarefa realizada permite ao educador recolher informação sobre a criança ou, até mesmo, sobre o grupo. Estes momentos ajudam o educador a recolher e registar evidências das aprendizagens realizadas pelas crianças que, documentam a sua evolução, acompanham

o seu progresso e, simultaneamente recolhem dados concretos para a reflexão e adequação da sua prática pedagógica.

6. Momentos da avaliação

Tendo em conta o Despacho nº 1120-A/2010 de 6 de julho, os tempos estipulados para dedicar à avaliação (3 dias) são, obrigatoriamente coincidentes com os períodos de avaliação estipulados para os outros níveis de ensino, de forma a permitir que haja articulação entre educadores de infância e docentes do 1.º ciclo do ensino básico, tendo como objetivo a passagem de toda a informação necessária sobre as aprendizagens e progressos das crianças, a sequencialidade e a continuidade educativa, promotoras de uma articulação curricular.

Assim, no final de cada período dever-se-á assegurar:

- a avaliação do Plano Anual de Atividades – em articulação com os outros níveis de ensino, privilegiando o 1º Ciclo do ensino básico;
- a avaliação do Projeto Curricular de Grupo;
- a avaliação do PEI;
- a avaliação das aprendizagens das crianças;
- a avaliação das atividades desenvolvidas na Componente de Apoio à Família;
- a informação descritiva aos encarregados de educação sobre as aprendizagens e os progressos de cada criança.

No período que encerra o ano letivo, além dos pontos mencionados anteriormente, dever-se-á assegurar também:

- a articulação com o 1º CEB dos Processos Individuais das crianças que transitam para este nível de ensino;
- a elaboração do relatório circunstanciado definido no artigo n.º 13 do DL n.º 3/2008 a preparação do ano letivo seguinte.

Apesar da avaliação ser um processo contínuo é importante definir alguns procedimentos:

- **Avaliação Diagnóstica:** que se realiza no início do ano letivo sob a forma de caracterização do grupo de crianças, a identificação dos seus interesses e necessidades, e tem como objetivo a elaboração e adequação do projeto curricular de grupo, bem como a adaptação e adoção de estratégias de diferenciação pedagógica.

- **A caracterização do grupo:** no que respeita à avaliação de desenvolvimento pelos diferentes níveis etários, devem ser referidos os seguintes aspetos:

- - 3 Anos: adaptação; autonomia; socialização; interesse pelas atividades;
- - 4 Anos: autonomia; interação entre as crianças e com os adultos; cumprimento de regras; interesse e participação nas atividades; curiosidade e desejo de aprender; motricidade global e fina; jogo simbólico; linguagem oral;
- - 5 /6 Anos: autonomia/iniciativa; cooperação/partilha; cumprimento de regras e tarefas; interesse e desempenho nas atividades; esquema corporal; motricidade global e fina; expressões dramática/plástica/musical; linguagem oral e abordagem à escrita; conceitos lógico-matemáticos; interesse pelo meio físico e social.

7. Parâmetros de avaliação

A gestão do currículo é, portanto realizada pelo educador, que define estratégias de concretização e de operacionalização das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, adequando-as ao contexto, tendo em conta os interesses e necessidades das crianças.

A avaliação incide sobre as competências definidas nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Sendo que estas competências estão organizadas por áreas de conteúdo, que orientam o educador na avaliação do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças.

As áreas de conteúdo são curriculares não disciplinares e articulam-se de uma forma transversal, quer no processo de desenvolvimento das aprendizagens das crianças, quer no processo de planeamento quer na avaliação da ação educativa. As áreas de conteúdo e respetivos domínios e subdomínios presentes nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar são, nomeadamente:

- Área de Formação Pessoal e Social;
- Área de Expressões e Comunicação:
 - Domínio da educação física;
 - Domínio da linguagem oral e abordagem à escrita;
 - Domínio da matemática;

- Domínio da educação artística (subdomínios das artes visuais, jogo dramático/teatro, música e dança);
- Área do Conhecimento do mundo.

8. Competências e níveis de desempenho

A educação pré-escolar não tem como objetivo a preparação para a escolaridade obrigatória, mas sim, que se perspetive na educação ao longo da vida, proporcionando, à criança arranjar condições para abordar a etapa seguinte, com sucesso.

Quando se frisa a importância da continuidade educativa entre ciclos, é indispensável considerar que cada criança apresenta diferentes ritmos de aprendizagem, fazendo com que o educador respeite cada um na sua individualidade, com a necessidade de ter objetivos bem definidos. Assim sendo, é necessário enumerar algumas condições favoráveis para que cada criança consiga iniciar o 1.º CEB com possibilidades de sucesso. É necessário uma referência que facilite a reflexão dos educadores e o diálogo com os professores do 1.º CEB.

b) Distinguem-se, então, três tipos de condições:

1 – As que dizem respeito ao comportamento da criança dentro do grupo – é necessário que a criança seja capaz de se integrar no quotidiano do grupo, designadamente:

- Ser capaz de aceitar e seguir regras de convivência e de vida social, colaborando na organização do grupo;
- Saber escutar e esperar pela sua vez de falar;
- Compreender e seguir orientações e ordens, tomando também as suas próprias iniciativas sem perturbar o grupo;
- Ser capaz de terminar tarefas.

2 – As que implicam determinadas aquisições indispensáveis para uma aprendizagem formal da leitura, escrita e matemática – onde será necessário que as crianças:

- Tenham evoluído no domínio da compreensão e da comunicação oral;
- Tenham tomado consciência das diferentes funções da escrita;
- Tenham tomado consciência da correspondência entre código oral e escrito, ou seja, que o que se diz se pode escrever e ler, mas que cada um destes códigos tem normas próprias;

- Tenham realizado aprendizagens básicas ao nível da matemática e adquiridas noções de espaço, tempo e quantidade, que lhes permitam iniciar a escolaridade obrigatória.

3 – As que se relacionam com as atitudes. A este nível, a educação pré-escolar deverá favorecer atitudes que facilitem a transição e que vão estar na base de toda a aprendizagem, especialmente, a curiosidade e o desejo de aprender. Em geral, a criação de atitudes positivas relativamente à escola permitirá, às crianças, uma melhor integração nesse novo contexto que é o 1.º CEB.

9. Documentos de referência e consulta

- Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar;
- Metas de Aprendizagem:
- www.metasaprendizagem.dgidc.min-edu.pt
- Manual DQP - Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias
- Perfil específico de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1.º ciclo do ensino básico (Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de Agosto)
- Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar (Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007)

Com os critérios de avaliação do pré-escolar pretende-se clarificar os procedimentos e práticas organizativas e pedagógicas relativamente à avaliação na Educação Pré-Escolar, no Externato de S. Domingos.

A definição de competências procura ser uma referência e orientação para o educador de infância, sem nunca pôr em causa o respeito pelos valores de uma pedagogia diferenciada. Assim, neste contexto, a avaliação deve-se concentrar sempre na criança e na sua própria evolução e, qualquer referência comparativa deve ser sempre a própria criança, nos diferentes momentos de aprendizagem.

A avaliação na educação de infância, tem como principal objetivo a melhoria da qualidade das aprendizagens. Esta avaliação implica uma relação entre o jardim de infância, a família e a escola, numa perspetiva de construção partilhada, assente no diálogo e comunicação de processos e resultados, tendo em vista a criação de contextos que favoreçam o percurso educativo e formativo, de sucesso.

É da responsabilidade da Direção Pedagógica a divulgação dos Critérios Gerais da Avaliação aprovados em Conselho Pedagógico.

Fátima, 13 de setembro de 2019